

AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OSS)

Marina Silveira Bonacazata Santos (PIBIC/CNPq/FA/UEM)
Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora), jasmoreira@uem.br
marina_bonacazata@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP)/Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas. Subárea: Educação

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Financiamento, Organizações Sociais (OSs)

Resumo:

Este projeto de pesquisa de iniciação científica teve como objetivo a realização de uma análise crítica e documental acerca das políticas para o financiamento e a gestão da educação básica. Especificamente, propôs-se compreender a relação público e privado nas políticas para educação básica por meio de um estudo sobre o papel das Organizações Sociais (OSs) na educação básica pública. A pesquisa foi bibliográfica, de análise teórica e crítica, priorizou-se uma compreensão histórica e contextualizada do objeto em questão. Tratou-se de um tema atual e ainda pouco discutido nos cursos de licenciaturas, sendo assim, relevante a sua efetivação para ampliar o debate no campo das pesquisas que abordam as políticas para o financiamento da educação.

Introdução

Esse projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) teve por finalidade analisar a questão do financiamento público para o setor privado no âmbito educacional. A proposta é relevante por tratar de um assunto que na atualidade tem sido sugerido como uma estratégia política para contenção de investimentos na educação pública, todavia, o tema e a avaliação acerca da atuação das OSs na educação ainda tem sido pouco estudado e avaliado.

Atualmente, o estado de Goiás tem sido pioneiro na utilização das OSs, que comandam 23 escolas estaduais. Outros mecanismos de políticas que intensificaram a relação público e privado na educação básica pública também carecem de compreensão e análise.

Para a realização da pesquisa, buscou-se primeiramente compreender sobre o contexto do neoliberalismo e o papel da terceira via na reforma do Estado a partir da década de 1990, comparar e diferenciar com as atuais mudanças no contexto atual do neodesenvolvimentismo a fim de analisar o contexto concreto-real do debate político acerca do papel das OSs na educação pública.

Segundamente, abordou-se a política pública educacional presente na legislação que estabelece a concretização da relação público e privado na educação básica pública, a fim de destacar uma compreensão da política presente nas legislações como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96 e a Constituição Federal de 1988, no que se refere às relações público e privado. No âmbito das OSs, estudou-se a Lei de Fomento de Parcerias Nº 13.019 de 2014, além do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014.

Por fim, realizou-se um estudo dos mecanismos, programas e ações da terceira via por meio da relação do setor privado na educação pública. O intuito foi destacar a atuação das organizações privadas sem fins lucrativos, denominadas organizações da sociedade civil. Detalhou-se três organizações: o Instituto Ayrton Senna (IAS), Alfabetização Solidária (AlfaSol) e Instituto Unibanco (IU).

Esperou-se com os resultados evidenciar uma compreensão contextualizada das políticas educacionais atuais, com vistas a comprovar e compreender o repasse das responsabilidades do Estado para a sociedade, na qual a educação pública passa a ser tratada como mercadoria, o que revela uma forte aliança para formas e mecanismos de privatização da educação pública.

A pesquisa pretendeu esclarecer se os reais motivos que justificam a atuação das OSs na educação básica pública favorecem ou não para a construção de mudanças significativas e positivas, a fim de uma melhor qualidade da educação pública, ou ainda, se tais ações seriam estratégias para a contenção de investimentos na educação pública, sendo esta última hipótese comprovada pelo projeto.

Revisão de Literatura

Como salientou-se, a pesquisa foi de cunho teórico bibliográfico que apresentou uma análise documental, tendo como base o estudo de documentos legais que tratam sobre o tema. Refere-se à uma investigação crítica e contextualizada por meio de fontes bibliográficas e documentos oficiais, que apresentam os mecanismos de funcionamento da relação público/privado e seus desdobramentos junto ao financiamento público, aplicado para favorecer o setor privado.

Tal mediação analítica foi estabelecida tendo como consideração que as políticas educacionais têm como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórica-concreta, portanto, parte-se da compreensão do todo, para em seguida, empreender os mecanismos de análise da gestão e do financiamento da educação.

Resultados e Discussão

Ao longo do desenvolvimento do projeto, procurou-se analisar, no contexto da reforma do Estado, juntamente à adesão da política da terceira via, os efeitos da adoção das OSs na educação básica pública, visto que a organização e planejamento da educação básica têm como promessa o corte de gastos e investimentos.

No estado de Goiás, das 10 OSs atuantes no processo de terceirização, 5 delas possuem menos de um ano de existência, com funcionários sem o mínimo conhecimento da educação básica (ACERVO, 2016). As equipes de trabalho não são detalhadas quanto à função exercida, o que nos deixa em dúvida sobre a qualidade do ensino. A maioria das OSs investigadas não possui um site próprio para expor os gastos, parcerias, projetos, o que é obrigatório por lei.

O governo Temer (2016-2018) instalou no Brasil a OS *Ensina Brasil*, que promete formar um professor em apenas 5 semanas de treinamento, com o professor contratado como temporário, terminando sua formação num prazo de 2 anos. Isso nos deixa claro a baixa qualidade do ensino, já que, pode se cadastrar no programa qualquer aluno de graduação, não sendo exigida a licenciatura, quesito fundamental para a educação (AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2016).

A adoção do programa *Gestão nota 10* no Maranhão serve para comprovar a dúvida quanto à melhoria do ensino. Uma escola afirma que o programa não atende aos seus interesses e nem dá autonomia necessária, pois a escola continua a trabalhar com uma realidade de 45 alunos por sala, com falta constante de professores, sem material, professores desmotivados, alunos indisciplinados, pais omissos e Secretaria de Educação distante da escola (OLIVEIRA; COUTINHO, 2014).

Ao tomar como base o exposto, pode-se concluir que a adoção das OSs no sistema de ensino público, não garante sua melhoria. Conclui-se que as OSs são uma estratégia de contenção de gastos com o sistema público de ensino.

Conclusões

Por meio da pesquisa foi possível compreender a fundamental importância da interligação entre os setores público e privado no campo da educação básica pública, como afirma o artigo 206 da Constituição Federal de 1998, visto que a parceria público-privada é estabelecida pela intervenção total ou parcial do capital privado, em atividades até então comandadas pela administração pública.

Outro ponto observável é a evidência de que o Brasil enfrentou uma crise estrutural do capital, na qual duas frentes políticas se destacam: Neoliberalismo e terceira via. Ambas ponderam sobre a crise estrutural do capital, mas a forma de encaminhar e definir as políticas divergem no que diz respeito ao caminho para a solução da crise.

O neoliberalismo é a favor da privatização e da mínima atuação do Estado, ou seja, atribui as responsabilidades do Estado para o mercado. A política da terceira via, desenvolvida pelo terceiro setor, visa colaborar com o Estado por meio do investimento de capital privado em benefício da melhoria do ensino público. Vale ressaltar, que é no contexto da política do terceiro setor que se estabelece o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Por fim, constatou-se que as Organizações Sociais (OSs) são uma estratégia para contenção de gastos com o ensino público, tendo como base os dados obtidos pela pesquisa da revista Nova Escola, a ineficiência da OS Ensina Brasil e a problemática da implantação do programa gestão nota 10, pertencente ao Instituto Ayrton Senna (IAS), no Maranhão.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por possibilitar o financiamento para a realização deste projeto e à Universidade Estadual de Maringá (UEM) por permitir a realização da pesquisa. Agradecemos também ao Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq) pela contribuição teórica para a realização deste projeto.

Referências

ACERVO. Exclusivo: quem vai administrar as escolas de Goiás?. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/politicas-publicas/radiografia-oss-goias-938045.shtml>. **Revista Nova Escola**. Acesso em: 25 de Outubro 2016.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL. “Notório saber”: vire professor em 5 semanas. **Revista Avaliação Educacional**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/24/notorio-saber-vire-professor-em-5-semanas/>. Acesso em: 25 de Outubro 2016.

OLIVEIRA, I. P. ; COUTINHO, A. F. O “Terceiro Setor” e a execução de programas educacionais: a parceria entre o Governo do Maranhão e o Instituto Ayrton Senna no Projeto Gestão Nota 10. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/MA, v. 7, n. 1, p.129-146, 2014.

PERONI, V. M ; CAETANO, M. R. **Redefinições no papel do estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação**. In: IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da região sul, p. 20-38, 2012.

26º Encontro Anual de Iniciação Científica
6º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



16 e 17 de outubro de 2017